



REPRESENTAÇÃO FEMININA NA DOCÊNCIA E NOS CARGOS DECISÓRIOS DA UFRRJ

Sissi A. Martins Pereira¹
Camila V. B. Moreira²
Dayana S. Franco³

1- Introdução

Historicamente, a mulher foi destinada ao cuidado com a família e à ocupação do espaço privado, e do homem esperava-se que fosse o provedor e a ele concedeu-se o trânsito pelo espaço público, exercendo assim uma grande influencia diante do meio social e aumentando as diferenças entre os sexos, diante disto o homem se firmou como ser dominante e a mulher como ser dominado, analogias essas que foram relacionadas ao gênero.

De acordo com Goellner (2001, p.216), a palavra gênero “permite uma ampliação de referências e análises teóricas ao contemplar amplas possibilidades de explicar as desigualdades e a subordinação entre homens e mulheres”. Segundo a autora os aspectos biológicos não são os únicos que definem as diferenças entre os sexos, mas os aspectos sociais, históricos e culturais também estão presentes. Os papéis diferenciados para homens e mulheres são construídos socialmente, de acordo com as diferenças biológicas, que justificam e/ou definem atributos para cada um dos sexos.

O confronto inicial de idéias começa na vida familiar, da qual há um impacto de ideais nos quais se confrontam expectativas masculinas e femininas. Do homem espera-se força, virilidade e vigor físico. Da mulher espera-se docilidade, delicadeza e sensibilidade. Na vida acadêmica, o sujeito entra em um ambiente no qual irá aumentar os conflitos sociais que foram estabelecidos pelo ensino básico. No trabalho essa relação fica mais evidenciada e a influencia do sexo masculino se mostra bem visível.

“[...] Ao nascer, não somos, ainda, homem ou mulher, mas aprendemos a sê-lo ao longo de nossas vidas” (FAGUNDES, 2005, p.7).

Com alguns direitos conquistados, começa a surgir uma nova concepção dos padrões da mulher que se mostra mais independente e ativa, porém não deixaram de ser exigidas com relação a

¹ Doutora, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
sissimartins@terra.com.br

² Graduanda, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. camilavalente81@yahoo.com.br

³ Graduada, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. dayanaufrrjedfisica@yahoo.com.br



sua postura feminina. E o homem, por sua vez, ele teve que se para um melhor convívio social com a mulher, refletindo sobre algumas concepções masculinas.

2- Educação e gênero

Calcados nesses problemas percebeu-se a necessidade de certas modificações delineando algumas características do atual sistema educacional brasileiro: fundação da instituição escola, surgimento de funções administrativas, hierarquização, fragmentação do trabalho docente e o incentivo aos institutos de formação de professores. (HIPOLITO, 1997, p.33)

Segundo dados estatísticos, no Brasil, existia uma forte tendência na escolha da carreira do professorado. Em 1935, elas representavam 80% da classe; cinco anos após já havia um crescimento de 10,4%; até que se chegou ao incrível patamar de 98% de representação feminina em 1970. Tais dados são relativamente atuais, porém desde a época do império, como já relatado na literatura, havia uma inclinação feminina ao trabalho docente. (HIPOLITO, 1997, p.54)

Esse ambiente escolar já estava preparado para o ingresso maciço das mulheres, partindo do princípio de que seguia uma construção ideológica para que desempenhassem tais papéis na sociedade. Tendo em vista tal abordagem, a contextualização deveria ser conseqüentemente de uma professora padrão, tomando como base papéis notórios como boa mãe, boa dona de casa e boa esposa.

3- Empoderamento da mulher.

O termo empoderamento da mulher significa exercer de forma convicta e visível à sociedade, a inserção no poder de modo contínuo sendo alçada por parâmetros como ação, coesão e promoção no exercício de tomada de decisões, da relação de poder que reafirma o campo bipolar de homens e mulheres, sintetizando a relação de domínio e subjugação. (JUREMA, 2001). Em certos momentos, se torna inevitável a questão do ser masculino e feminino na analogia entre pensamento e ação, no eixo de condutas sociais. Pois, a concepção de poder decisório, por questão de senso comum, norteia o homem e enquanto à mulher compete a posição de mediadora ou apaziguadora. a questão do domínio na vida familiar (esfera privada), na organização das instituições políticas (esfera pública), modelada por uma forma masculina de dominação (arquétipo viril). (COSTA, 2007)

Partindo da busca de confirmar e agir numa mudança do cenário brasileiro de forma a incentivar a participação da mulher no espaço do poder, segue o dilema: quanto maior o poder de decisão, menor é a participação feminina embasado pela conclusão do índice de desenvolvimento



humano que aponta que as mulheres brasileiras tem que enfrentar o poderoso traço cultural e precisam ser admitidas nas posições de decisão e comando evidenciado nas relações econômicas, sociais e pessoais e, até mesmo numa relação conjugal estimulados pelo conflito de interesses da afinidade de poder (dominados versus dominadores) desencadeando desigualdade e injustiça social.

Na visão feminista, o empoderamento da mulher deve ultrapassar barreiras e modificar a subordinação por questões simplesmente de gênero. O avanço culmina em cinco níveis de igualdade: bem estar, acesso aos recursos, conscientização, participação e controle que gera um agenciamento de maior igualdade e alcança maior empoderamento. Conforme Stromquist (Apud COSTA, 2006), uma auto-afirmação do empoderamento da mulher deve ser contextualizada nos componentes cognitivo, psicológico, político e econômico.

O componente psicológico é a capacidade que permite desenvolver e aplicar, em níveis pessoal e social, para melhorar sua condição acerca de fundamentos de autoconfiança e auto-estima. O político gerencia a capacidade para organizar e promover mudanças sociais, e, o econômico propicia a independência econômica da mulher e está diretamente correlacionado com o psicológico.

Em vista dos aspectos abordados, o empoderamento da mulher obteve acesso no cenário mundial pelo movimento feminista e luta por ideal de tornar concreto um campo abstrato do poder. Contudo, sua forma de aplicabilidade se baseia na relação de uma tríade de responsabilidade coletiva, tomada de decisões e responsabilidade compartilhadas.

4- Apresentação e Discussão dos Resultados

Neste capítulo serão apresentados os resultados referentes à distribuição de professoras e professores divididos por Institutos, suas respectivas titulações e ocupação de cargos na UFRRJ - Campus Seropédica.

Dos 512 professores/as efetivos/as, observa-se que 331 são do sexo masculino e 181 do sexo feminino, divididos em: homens - 51% com Doutorado, 12% com Mestrado, 1% com Especialização e 1% apenas com graduação; mulheres - 29% com Doutorado, 6% com Mestrado, e com especialização e graduação existindo apenas uma professora para cada uma destas titulações.

A participação feminina dentro da UFRRJ- Campus Seropédica se mostra de uma forma tímida, contudo a sua atuação vem aumentando ao longo do tempo devido ao aumento significativo da área de humanas na Instituição.



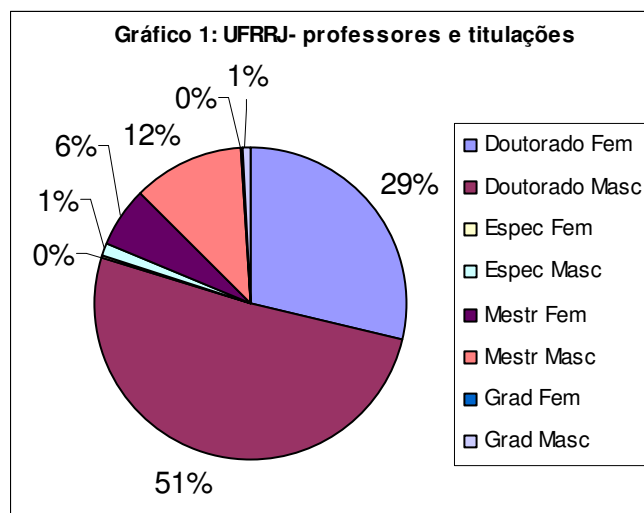
De acordo com a Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, “daí decorre que, se as mulheres avançam na ocupação do espaço público, continuam atadas à exclusividade das responsabilidades domésticas e familiares”.

Segundo a Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira - 2009- IBGE, a taxa de ocupação das mulheres no mercado de trabalho aumentou e “este aumento é, sem dúvida, fruto não só da necessidade de complementação da renda familiar como também resultado de uma maior independência cultural conquistada pelas mulheres nas últimas décadas

Quadro 1 - Quantitativo de professores da UFRRJ – Seropédica

Doutorado		Espec		Mestr		Grad	
Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc
147	261	1	7	32	59	1	4
Total:512							

O quadro 1 mostra que a mulher em sua grande maioria possui um alto grau de qualificação, contudo a sua participação dentro da UFRRJ- Seropédica pelo seu conteúdo histórico ainda é baixo em relação a participação do sexo masculino.



O gráfico 1 apresenta a porcentagem referente à titulação de professoras e professores da UFRRJ. A participação masculina é bastante significativa perfazendo 65% do quadro de docentes contra 35% de participação feminina. Porém, dos 65% deles temos 51% com Doutorado e dos 35% delas, temos 29% com doutorado. Ou seja, do total dessa participação feminina 82,8% são doutoras



e dos homens do seu total de participação 78,4% são doutores. Isso demonstra que as mulheres são mais tituladas em relação aos homens.

4.1- Os cargos decisórios da UFRRJ – Campus Seropédica.

O campus da UFRRJ – Seropédica, como já foi explanado, historicamente tem características agrárias, portanto com maior participação do sexo masculino, contexto que se prolongou até os dias atuais.

Quadro 2 - Cargo de Diretor de Instituto

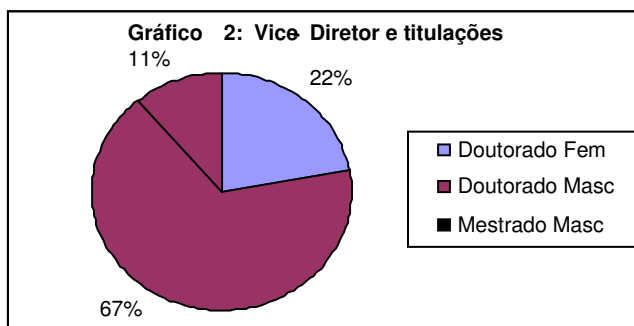
Doutorado
Masc
9
Total: 9

O quadro 2 apresenta o quantitativo do cargo de Diretor de Instituto e sua respectiva titulação, 100% são do sexo masculino e possuem a titulação de doutores. O quadro também mostra que a participação do homem nos cargos decisórios ainda é bastante evidente nos dias de hoje em nossa universidade, e que não existe uma participação feminina nesse cargo. O que se tem é poder entrelaçado na hegemonia do sexo masculino, e uma não participação feminina nesse patamar.

Quadro 3 – Cargo de Vice- Diretor

Doutorado		Mestrado
Fem	Masc	Masc
2	6	1
Total: 9		

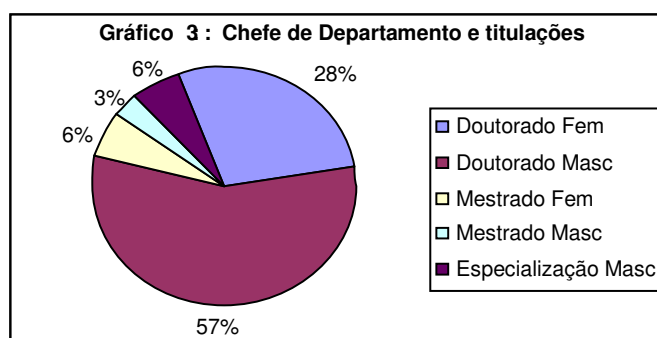
O quadro 3 apresenta o quantitativo e o gráfico 2 o percentual de vice-diretoras e vice-diretores dos institutos. Neste gráfico temos 78% de participação do sexo masculino e 22% do sexo feminino. Desses 78% dos homens 67% possuem doutorado, e dos 22% de participação das mulheres, todas possuem a titulação de doutoras. A partir desse cargo é notória a participação da mulher no poder da qual se faz bem qualificada, ou seja, para a mulher ainda lhe cabe uma parte inferior no poder, como cita Ana Alice Costa (2007) “... certamente o veremos como uma prática tipicamente masculina, afinal, historicamente as mulheres têm estado do outro lado do poder, do lado da subalternidade.”



Quadro 4 – Cargo de Chefe de Departamento

Doutorado		Mestrado		Especialização
Fem	Masc	Fem	Masc	Masc
9	18	2	1	2
Total: 32				

Quadro 4 apresenta o quantitativo e o gráfico 3 o percentual dos chefes de departamento e suas titulações. O total da participação masculina é de 66% e do sexo feminino 34%. Desse percentual masculino de 66%, 57% possuem doutorado e dos 34% do feminino, 28% possuem a titulação de doutoras. A participação do homem é mais evidente nesse cargo, contudo se tem uma equivalência na titulação.



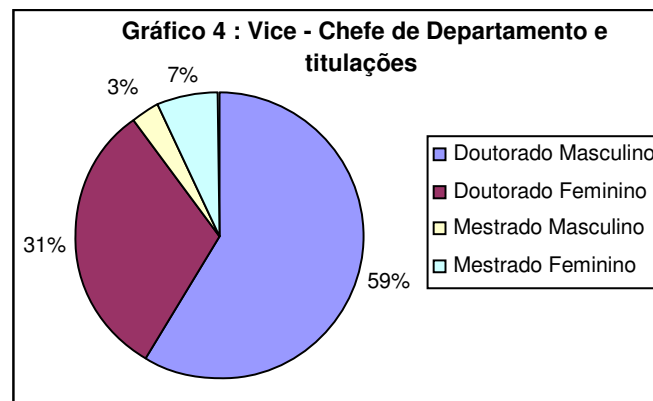
Quadro 5 - Cargo de Vice- Chefe de Departamento

Doutorado	Mestrado	Especializaçã
-----------	----------	---------------



Fem 9	Masc 17	Fem 2	Masc 1	0 Masc 2
Total: 31				

O quadro 5 apresenta o quantitativo e o gráfico 4 o percentual dos vice-chefes de departamentos e suas titulações. O percentual da participação do sexo masculino é de 62%, sendo que 59% possuem a titulação de doutorado, e a participação feminina é de 38%, sendo 31% com a titulação de doutorado. As mulheres se apresentam em uma menor quantidade, em contrapartida, possuem uma melhor qualificação.



O presente estudo evidencia, perante os dados coletados, a atuação do sexo feminino dentro do Campus de Seropédica, corroborando assim a concepção de estudiosos sobre o assunto (Costa e Silva), ou seja, a ocupação de cargos decisórios pelo sexo feminino se encontra correlacionada à qualificação profissional e à escolaridade.

Devido ao contexto histórico da universidade, a participação e, conseqüentemente, a atuação de cargos por área ainda se mostra dividida, o que se aproxima das discussões sobre estereótipo de gênero e recai no seguinte paradigma: na área de humanas a predominância é do sexo feminino, enquanto nas áreas de agrária e exatas, há uma presença marcante do sexo masculino.

Em vista do assunto abordado, vem à tona um processo de inter-relação entre as relações de poder e as relações de gênero, fato que influencia diretamente na questão do empoderamento feminino. O processo do exercício do poder num contexto histórico-social, seja no âmbito privado ou público, necessita ser desmistificado. Concepções atreladas à fragilidade do sexo feminino e



endossado pela questão do patriarcalismo dentro da sociedade, contribuem para reforçar a falta de oportunidade feminina no poder decisório.

Referências

- BRASILEIRO, Ana Maria. Mulher e políticas públicas. Escola Nacional de Serviços Urbanos. Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas. Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF, 1991.
- COSTA, Ana Alice. Gênero, poder e empoderamento das mulheres, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBA, 2007.
- FAGUNDES, Tereza Cristina P. C. Ensaio sobre educação, sexualidade e gênero. Salvador: Helvécia, 2005, 271 p.
- FERNANDES, Florestan. Educação e sociedade no Brasil. São Paulo: Dominus, 1966.
- FERREIRA, Maria Cristina. Os estereótipos de gênero na perspectiva da cognição social. Revista Científica – *Mente Social*, Rio de Janeiro, UGF, ano II, n. 3, p. 27-35, 1996.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- GOELLNER, S. V. Gênero, educação física e esportes. In: VOTRE, S. (Org). **Imaginário e representações sociais em educação física, esporte e lazer**. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001.
- JUREMA, Solange Bentes. Ações e estratégias do CNDM para o “empoderamento” das mulheres. Rev. Estud. Fem. vol.9 n.1, Florianópolis, 2001.
- HIPOLITO, Álvaro L. M. Trabalho docente, classe social e relações de gênero. Campinas: Papyrus, 1997, 120 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Síntese de indicadores sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM. Introdução ao planejamento para o gênero: um guia prático. Rio de Janeiro: Fundação Ford, 1997.
- LOURO, Guacira L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003a.
- OTRANTO, Célia Regina. Tese A UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO E A CONSTRUÇÃO DA SUA AUTONOMIA. 2003 ICHS, Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.
- PEROZIM, Livia. Masculino e feminino: plural. Revista Educação. Edição 109, Maio 2006.
- SILVA, Saete Maria da. O Legado jus-político do Lobby do Batom vinte anos depois: a participação das mulheres na elaboração da Constituição Federal. I Colóquio Nacional Sobre As Mulheres e a Constituição, 2008.
- STEARNS, Peter N. História das relações de gênero. São Paulo: Contexto, 2007, 250 p.
- TABAK, Fanny. Autoritarismo e participação política da mulher. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- HOROCHOVSKI, Rodrigo R.; MEIRELLES, Giselle . Problematizando o conceito de empoderamento. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, UFSC, Florianópolis, 2007.